

# ACERVO DIGITAL FUNDAJ

A República é incontestável

Fundação Joaquim Nabuco

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)

JOAQUIM NABUCO

DISCURSOS  
PARLAMENTARES

[1879-1889]



INSTITUTO  
PROGRESSO EDITORIAL S. A.  
SÃO PAULO

8

OBRAS COMPLETAS DE  
JOAQUIM NABUCO

XI

d.

*Os discursos selecionados para este volume aparecem no texto integral. Crêem os editôres que, tanto quanto é possível afirmar, tratando-se de uma escolha limitada e de um orador de nível habitualmente muito alto, estes discursos são dos mais interessantes e significativos pronunciados por Joaquim Nabuco como parlamentar.*

*Ao fim do volume encontrar-se-á uma relação completa dos discursos parlamentares de Nabuco, com a data e o assunto de cada um.*

DISCURSOS, PARLAMENTARES

1879

## ORÇAMENTO DA AGRICULTURA

[ DISCURSO DE 22 DE MARÇO DE 1879 ]

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Senhores, eu não me proponho tomar tempo à casa: desejo fazer algumas considerações sobre o orçamento da agricultura; e felicito-me por ver neste recinto o honrado sr. presidente do Conselho.

A precipitação, a pressa com que os orçamentos têm passado por esta casa, foi a razão de não ter estado S. Ex. presente, quando se discutiu o orçamento do outro ministério a seu cargo.

Desta vez fomos mais felizes, e espero que pela primeira vez na discussão dos orçamentos a Câmara liberal tenha o privilégio de ouvir um dos seus ministros, porque a passarem os orçamentos, e orçamentos supressivos de muitas repartições e de grandes serviços públicos, como têm passado nesta casa, discutidos perante quatro ou cinco pessoas em hora adiantada da sessão, pode-se dizer, sem que vá nisso ofensa, que nós representamos uma comédia parlamentar, que nem ao menos tem a vantagem dos dramas japoneses de durarem oito dias.

O SR. MARCOLINO MOURA: — A culpa não é dos nobres ministros.

UM SR. DEPUTADO: — Está fazendo uma censura à Câmara.

O SR. FELÍCIO DOS SANTOS: — Não faz mal; ela merece.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Senhores, ninguém mais legitimamente podia ocupar a pasta da Agricultura, do que o honrado sr. presidente do Conselho. (*Apoiados*).

Por isso ao vê-lo ser chamado a organizar um ministério e a escolher para si essa importante repartição, todos aquêles que estremecem pela sorte da lavoura deviam ter sentido como que uma certa confiança, como que renascer uma certa esperança perdida, de que a lavoura, sobretudo no Norte do Império, possa voltar aos seus tempos de antiga prosperidade.

Mas, senhores, devo dizer que a impulsão que o nobre sr. presidente do Conselho deu aos negócios da repartição da Agricultura, por outra, que as declarações que o nobre presidente do Conselho teve ocasião de fazer nas vèzes em que se tem dirigido não só à Câmara, mas à lavoura, me parecem por tal forma retrógradas, por tal forma fora do diapasão do sentimento liberal, em tão flagrante e tão direta contradição com as esperanças e tradições dêsse partido, que realmente, para muitos, essa con-

fiança não pode deixar de ter-se desvanecido, como as esperanças que duram apenas o tempo de se apagarem.

Senhores, nós sabemos o que foi o Congresso Agrícola; sabemos que, rompendo com hábitos inveterados entre nós, o nobre presidente do Conselho convocou a lavoura do Sul para um congresso que se fez nesta cidade com alguma solenidade.

Em relação ao Congresso Agrícola, não tenho objeção que fazer senão esta, preliminar e que foi feita muitas vezes, e que já foi talvez respondida pelo modo por que se entende dever responder: que aquêlê congresso podia ter abrangido de alguma forma a lavoura do Norte.

UM SR. DEPUTADO: — Fêz-se também um congresso no Norte.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Fêz-se um congresso no Norte, porque uma associação de agricultura que existe em Pernambuco entendeu que o congresso do Sul não podia deixar de ter, tomando uma expressão estranha, um *pendant* no Norte do Império.

UM SR. DEPUTADO: — E os lavradores do Norte deviam ter sido ouvidos de preferência.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — E tanto mais os lavradores do Norte deviam ter sido ouvidos de preferência, quando as reclamações apresentadas pela lavoura do Sul nos pareceres que tiveram uma forma coletiva, são de ordem mais puramente política e não entendem tão diretamente com a agricultura, como as reclamações da lavoura do Norte.

Mas, senhores, qual não foi a minha admiração, e é uma admiração de longa data, quando ao ler o discurso com que o nobre sr. presidente do Conselho abriu a sessão do Congresso Agrícola, lá vi que no programa do partido Liberal nada se adiantaria além dêsses dois compromissos do ministério; primeiro de realizar, provavelmente pela eleição direta censitária, a verdade do sistema representativo, e o segundo de impedir por todos os modos a decadência da grande propriedade.

Não sabia que até hoje estivesse nas aspirações de nosso partido, da opinião liberal, (para falar mais amplamente, deixando o partido de lado), a manutenção da grande propriedade e fiquei tanto mais admirado quanto o desenvolvimento dado pelo honrado presidente do Conselho a essa tese me pareceu a muitos respeitos digno de ser objetado.

Em primeiro lugar é preciso que nos lembremos do seguinte: O partido Liberal, por órgão do ministério de 3 de agosto, agitou neste país a reforma do elemento servil, caído do poder por



ato da Coroa, em tudo igual ao ato de 5 de janeiro (*não apoiados e apoiados*), mas que exatamente para não estarmos nós usando hoje de todos êsses têrmos, de que fazíamos o arsenal da opposição — «governo pessoal e outros» —, não qualificarei (como tem sido qualificado do lado da deputação baiana), de golpe de Estado... (*Não apoiados*).

O SR. JERÔNIMO SODRÉ: — Estudando as circunstâncias do país, vê-se que não há paralelo.

O SR. SEGISMUNDO: — É preciso falar sério: é a mesma coisa. (*Há outros apertes*).

O SR. JOAQUIM NABUCO: — ...caído o partido Liberal do poder por ato que incidentemente digo que é igual no uso da prerrogativa do ato de 16 de julho (*não apoiados*), mas não neste sentido; o ato de 16 de julho para mim tem uma significação que não tem o ato de 5 de janeiro senão como é explicado pelo sr. presidente do Conselho....

(*Há muitos apertes*).

Quando houver discussão de política geral, hei de tratar desta questão. O ato de 16 de julho teve uma significação, que foi a grande vitória da prerrogativa: o Imperador manteve o princípio de que os ministros eram responsáveis pelos atos do poder moderador somente no sentido da assinatura dêles, mas que quando o ato era de pura iniciativa da Coroa, constituía direito sagrado dela, no que nenhum ministro podia tocar.

Debaixo dêste ponto de vista o ato de 16 de julho é mais considerável, porque é a reivindicação do poder pessoal neste país; ao passo que o ato de 5 de janeiro só pode ser admitido como ato do poder pessoal depois da explicação do nobre presidente do Conselho, isto é, que o Imperador entendeu que tinha chegado a vez do partido Liberal, que as reformas reclamadas não podiam ser feitas pelo partido Conservador.

Mas deixo de lado esta questão incidente, à qual hei de voltar com grande tempo, e grande demora, a primeira vez que houver uma discussão de política geral neste recinto, se tiver a fortuna de ser ouvido.

Caída a situação liberal pelo ato de 16 de julho, durante muito tempo parecia que o movimento emancipador, que o movimento abolicionista, a que o ministério de 3 de agosto tinha dado um tão poderoso auxílio e um tão decisivo impulso, parecia que êsse movimento tinha se retraído e que não havia mais na conveniência do país, nas nossas exigências, nada que devesse apressá-lo. O ministério do sr. Itaboraí foi de fato uma grave

demora no caminho encetado. Quando o honrado sr. visconde do Rio Branco foi encarregado pela Coroa de organizar um ministério, todos nós vimos que a situação em relação ao elemento servil tinha mudado radicalmente.

Neste ponto peço licença para dizer que discordo inteiramente das censuras que nesta casa têm sido feitas, sem restrições, à lei de 28 de setembro. Já tive ocasião de dizer em aparte e mantenho: « essa lei é a honra dêste Reinado. » (*Apoiados e não apoiados*).

O partido Liberal, exceto um de seus mais ilustres representantes, o sr. Zacarias, deu ao movimento abolicionista, a cuja frente se pôs o honrado sr. visconde do Rio Branco, o seu mais completo, o seu mais decidido, o seu mais entusiástico apoio.

Senhores, a opinião do mundo inteiro está formada a êste respeito. É possível que se pudesse ter resolvido êste problema por outra forma, mas o fato é que nada se tinha tentado; quando se puseram à frente dêste problema homens corajosos, todos pensaram que êles iam tocar em uma ordem de coisas que não podiam transformar.

(*Trocam-se apartes*).

Em relação a êste incidente, devo dizer que é perfeitamente certo que as injustiças, a paixão dos partidos, levaram-nos, naquela ocasião, a ver no ato do sr. Rio Branco uma apostasia dos princípios ou idéias que tinha sustentado no Conselho de Estado (*apartes*); mas hoje a calma sucedeu à paixão, e foi por isso que dei um aparte ao nobre deputado pela Bahia, quando, fazendo uma alusão, declarava que a Inglaterra inteira tinha profligado a conduta de sir Robert Peel, quando, abandonando os princípios inveterados da escola conservadora, se pôs à frente da reforma da lei dos cereais.

Na Inglaterra, pode-se dizer, não há um só inglês que não tenha êste pensamento, que não reconheça que foi sir Robert Peel o maior chefe que teve o partido Conservador, no atual Reinado. (*Apertes*).

Não quero discutir, neste momento, o ato do sr. Rio Branco abraçando a idéia liberal. Estou falando com a responsabilidade do representante da nação, e não conheço que motivos pessoais teve êsse estadista para mudar de opinião.

O partido Conservador foi acusado por ter feito essa reforma que, no dizer do sr. presidente do Conselho, deu um golpe profundo na grande propriedade: e chegado ao poder, o partido Liberal, devia ter, em relação a esta lei, uma linguagem mais

digna dos seus sentimentos, dos princípios que tinha sempre sustentado e da conduta que tinha sempre seguido em relação à grande reforma.

Senhores, estou numa posição muito desvantajosa, neste momento.

Tenho de responder de um lado a oradores que entendem que a lei não satisfaz tôdas as exigências de partido, de outro lado a oradores que entendem que a lei transtorna ou perturba as relações da grande propriedade. O que quero dizer é que a posição tomada por parte da Câmara, em relação à questão da emancipação, não me parece a posição de um grande partido de iniciativa e de progresso.

O sr. presidente do Conselho disse, neste recinto, as seguintes palavras (*lê*):

« Nossa propriedade está atravessando uma época de transição muito delicada, perigosa mesmo, posso dizê-lo. O trabalho servil tem de acabar, e logo seremos obrigados a substituí-lo pelo trabalho livre.

« O SR. JERÔNIMO SODRÉ: — E quanto mais breve melhor.

« O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Declaro ao nobre deputado que não partilho essa opinião. Tomei êste compromisso no Conselho Agrícola e hei de sustentá-lo.

« Conhecendo que a lavoura receava alguma medida nesse sentido, e mesmo que certo espírito de malevolência atribuía ao ministério atual o desejo de apressar a emancipação, declarei que, por minha parte, não concorreria para que se apressasse êste termo fatal. »

Senhores, eu não sou daqueles que querem a emancipação imediata.

O SR. HORTA DE ARAÚJO: — Então estamos de acôrdo.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Perdão; não estamos tão de acôrdo.

Mas também não sou daqueles que pensam que em relação à escravidão nenhuma medida o govêrno deve trazer a esta casa. (*Apoiados*).

Sou daqueles que pensam que a escravidão depois da lei da emancipação, depois que na propriedade agrícola o ingênuo está ao lado do escravo, é um fato que é preciso de alguma forma modificar, e que depende exatamente da iniciativa do govêrno apresentar as medidas que apressem o dia da emancipação. (*Apoiados e não apoiados, a partes*). A escravidão é um fato que foi ferido, que não pode subsistir indefinidamente depois da lei da emancipação. (*Apoiados*). Mas por mais de uma vez, mesmo

no tempo dos Conservadores, a escravidão apareceu neste recinto para pedir a pena de morte e acusar o Imperador pelo uso que tem feito da sua prerrogativa. (*Apoiados e não apoiados.*)

A lei que o nobre ministro da Justiça apresentou para substituir a pena de galés pela pena de prisão celular, não é uma lei que honre uma situação liberal, sobretudo interpretada como foi no Senado pelo honrado sr. presidente do Conselho, cujas palavras peço licença para ler (*lê*):

« O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do Conselho*): — O nobre senador é bastante ilustrado; sabe o que é a pena de isolamento em uma prisão. Hoje está reconhecido que não há pessoa ainda mais robusta que possa resistir a uma prisão solitária de 10 a 12 anos, o que quase equivale a uma nova pena de morte. »

Senhores, estas palavras do honrado sr. presidente do Conselho, se fôsem traduzidas, se corressem mundo, não pareceriam a expressão do pensamento de um estadista liberal como S. Ex.; pareceriam a expressão do pensamento de um dêstes paxás da Turquia empregados nos últimos governos da Bulgária. (*Apoiados e não apoiados.*)

Digo o meu pensamento com tôda a franqueza. Até hoje ainda não ocorreu ao pensamento do legislador propor uma pena que de fato fôsse outra e tão grave, como a de morte. Até hoje não ocorreu ao pensamento do legislador dizer ao juiz e aos jurados: « Vós condenareis êste homem a 10 anos de prisão »; escondendo-lhe o fato principal, o fato predominante no pensamento do govêrno, êsses 10 anos de prisão, a que é condenado o criminoso, equivalem à pena de morte.

De maneira que até aqui nós já tínhamos no nosso código uma pena de morte, tínhamos um código negro; hoje temos uma nova pena de morte sob a forma de prisão celular; temos uma pena de morte mais cruel, pelo isolamento, pela tortura, pelo silêncio...

(*Trocam-se vários apartes.*)

Não há fato mais grave, mais sério e que mais deva impressionar o país do que aquêle a que nós estamos assistindo nas fazendas. O assassinato dos senhores pelos escravos é sem dúvida nenhuma um sintoma terrível e o fato que deve chamar em mais alto grau a atenção dos legisladores. Mas, senhores, qual é o resultado dessas leis de repressão que, em vez de conciliar as diferenças que possam haver entre os senhores e os escravos,

não fazem senão cavar o abismo, um abismo profundo, entre as duas raças? (*Apoiados*).

Qual é o resultado de tôdas essas leis de compressão, de tôdas essas leis de exceção, de tôdas essas leis de segurança pública?

(*Trocam-se vários apartes*).

A Coroa é acusada de ter feito da sua prerrogativa o mais largo uso, comutando a pena de morte nestas circunstâncias. Tenho a honra de estar ligado à memória de um homem que no Conselho de Estado foi um dos que mais trabalharam para que as comutações tivessem lugar. E por que? Exatamente por causa da falta de provas; era exatamente pelo modo por que os processos eram feitos; era pelas circunstâncias que se tinham dado e que podiam não justificar nem atenuar, mas explicar o crime.

(*Trocam-se vários apartes; o sr. presidente pede atenção*).

Não sou daqueles que sustentam a iniciativa da Coroa em atos puramente legislativos. Não sou daqueles que entendem que o Imperador tem direito de dizer: — hoje é o dia do partido Liberal, amanhã será o dia do partido Conservador. Não sou dos que pensam que o Imperador é o árbitro, o regulador supremo da oportunidade das reformas; e quando se discutir essa questão, no primeiro debate político que houver, hei de ter ocasião de manifestar-me francamente e dizer os motivos pelos quais não acompanho esta política, chamada de oportunidade, ou por outra da ordem cronológica, segundo a frase do illustre deputado, o sr. Martim Francisco.

Mas se entendo que o poder da Coroa deve restringir-se aos seus limites constitucionais, se entendo que a Coroa não tem o poder nem o direito de intervir na ação do governo, ao contrário do que disse no Senado o nobre presidente do Conselho, entendo também que o direito de perdoar, o direito de fazer graça aos criminosos, deve ser mantido à Coroa em tôda a sua plenitude.

O SR. PRESIDENTE: — Lembro ao nobre deputado que o que está em discussão é o orçamento do ministério da Agricultura.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Há, senhores, um fato importante, para o qual chamo a atenção do nobre deputado por São Paulo, [*o sr. Moreira de Barros*]. É preciso não pensar que o tráfico de escravos acabou: o tráfico continua e continua das províncias do Norte para as do Sul. (*Apoiados*). E, se devo dizer minha opinião francamente a êste respeito, o tráfico de escravos que se faz do Norte para o Sul, se não é mais bárbaro, se não é

mais trágico, se não povoa a imaginação com essas cenas de horror e de sangue que se passavam nos navios negreiros, perseguidos pelos cruzeiros ingleses, é a muitos respeito, e sobretudo, se a dor é uma faculdade intelectual; se o homem sofre tanto mais quanto mais desenvolvidas tem essas faculdades, o escravo, transformado pela nossa civilização, pôsto em contacto com as raças superiores, mais ligado e mais prêso por todos êsses sentimentos que cria a estabilidade e as relações sociais, de prosperidade e de família, para o escravo é sem dúvida o tráfico actual muito mais cruel, muito mais doloroso do que o outro. (*Muitos apoiados*).

O SR. FELÍCIO DOS SANTOS: — Tanto mais deve sofrer quanto mais civilizado.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Pois bem: e não é esta uma medida que um govêrno liberal deve trazer ao Parlamento?

O SR. ILDEFONSO DE ARAÚJO: — Com que é que o lavrador há de pagar as suas dívidas?

O SR. MOREIRA DE BARROS: — V. Ex. não está falando para o Brasil.

(*Há outros apartes*).

O SR. PRESIDENTE: — Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Compreendo, senhores, que para o Norte, para a província que tenho a honra de representar neste recinto, é de grande vantagem desfazer-se de todos os escravos. Não desejo nada mais para o Norte do que o dia em que êle não empregue senão o trabalho livre. Mas acima dos interêsses de minha província, coloco os interêsses do país (*apoiados*); acima dos interêsses do país coloco os da humanidade (*muito bem*); que não permite que êsse tráfico possa por mais tempo continuar sob a nossa bandeira. (*Apoiados*).

O SR. SOUSA ANDRADE: — No Ceará tem-se feito o tráfico mais imundo pelos barões da terra.

O SR. PRESIDENTE: — Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO: — E eu sinto tanto mais que êste estado de coisas continue, quando vejo nas condições em que o comércio de escravos do Norte para o Sul é feito, nas circunstâncias actuais, um grave perigo para o país. Em primeiro lugar, poderemos achar-nos reduzidos à circunstância em que o trabalho fôsse livre no Norte e escravo no Sul. Colocado o país nestas circunstâncias, não é possível que a emancipação tivesse de ser feita nas mesmas condições que foi realizada nos Estados Unidos? (*Apoiados*).

O SR. JERÔNIMO SODRÉ: — Penso que não.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Porém mais do que isto é coisa que contrista ver o número elevado de escravos que o Rio Grande do Sul está importando.

Senhores, o Rio Grande do Sul é uma província fronteira, e quando Lopez mandou suas divisões invadirem nosso território, um dos elementos com que contava para sobrepujar-nos, era a insurreição dos escravos.

O SR. HIGINO SILVA: — E achou?

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Não achou...

UM DEPUTADO: — Felizmente.

O SR. JERÔNIMO SODRÉ: — Mas o argumento não prova. Se Lopez fôsse outra cabeça, garanto ao nobre deputado que achava.

O SR. PRESIDENTE: — Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Senhores, eu trouxe esta questão do tráfico de escravos unicamente como incidente, porque acho que tem certa relação com o que vou dizer.

O Sul está importando escravos do Norte; por conseqüência, para as fazendas do Sul estão indo elementos novos, desconhecidos, escravos que não foram criados naquelas plantações, que não fazem parte da escravidão real, a dos escravos das fazendas, servos da gleba criados e trabalhando nelas. E esta é, sem dúvida nenhuma, uma das causas dos lamentáveis horrores que foram trazidos a êste recinto pelo nobre deputado por São Paulo; porque houve tempo, senhores, em que em Roma se deu situação igual. (*Apoiados*). Todos vós, que estais habituados a ler a história romana, vistes em Tácito a descrição dessa cena terrível quando, em virtude de uma lei que condenava, pelo assassinato do senhor todos os escravos domiciliados em sua casa a serem executados, tendo sido assassinado o prefeito de Roma, Pedanius Secundus, 400 escravos, no meio do clamor público, porque eram escravos de ambos os sexos, e de tôdas as idades, tiveram de ser supliciados!

O SR. BELFORT DUARTE: — Qual o motivo? A conseqüência do domínio.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Das medidas de repressão nada se pode esperar. Ainda que se levante uma força em cada praça e se faça um código penal, com crimes, penas e juizes de exceção, ainda assim nada conseguiremos.

O SR. MOREIRA DE BARROS: — Apresente uma medida.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — A proibição do tráfico no Brasil.

O SR. MOREIRA DE BARROS: — Já sustentei aqui.

O SR. PEDRO LUÍS: — Apresente outras medidas.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Senhores, peço licença para ler um documento. É uma carta escrita pelo senador Sumner.

Todos vós sabeis quem foi o senador Sumner, a grande parte que êle teve no movimento abolicionista nos Estados Unidos; todos vós conheceis êsse grande orador, digno de figurar com Daniel Webster entre os primeiros do mundo. O senador Sumner, a quem foi presente a carta do senador Nabuco escrita aos fazendeiros da Limeira, agradeceu por esta forma a manifestação (*lê*):

« Boston, 9 de setembro de 1879.

« Demorei tempo demais a resposta à honra que fêz transmitindo-me a carta do sr. Nabuco. Espero que aceite êstes tardios agradecimentos e que transmita ao distinto senador minha ardente aspiração pelo seu successo apressando a emancipação no Brasil.

« A sociedade da Limeira erra propondo por tanto tempo o dia da emancipação, porém espero que o senador Nabuco me perdoará se eu exprimir a opinião que êle também se engana não a exigindo imediatamente.

« A continuação da escravidão por mais tempo é inconsistente com a atual civilização, além de ser essencialmente errônea. É só a vontade que falta.

« Quantas vêzes tenho eu citado aqui: *Crede ut possis, et potes*, estas palavras têm hoje sua aplicação no Brasil.

« Desde que se fizer a emancipação, os homens honestos encontrarão aí a segurança da maior prosperidade possível.

« Espero que as minhas palavras não excederão os limites de uma lícita franqueza.

« Permita que acrescente aqui os meus melhores votos para o Brasil e espero que o seu govêrno e o seu povo se unam para realizar êste grande cometimento cuja realização fica suspensa.

« Acreditei-me meu caro senhor — Seu devotado, *Charles Sumner.* »

O SR. MOREIRA DE BARROS: — Os liberais do Brasil preferem acompanhar o senador Nabuco. (*Apoiados e a partes*).

O SR. JOAQUIM NABUCO: — O senador Nabuco, já que estão falando nêle, ao prestar todo o seu auxilio e apoio, apoio o mais ilimitado à lei da emancipação sem querer a emancipação imediata, que pedia o nobre deputado pela província da Bahia que ontem falou, entendia que o partido Liberal devia apressar pelos meios ao seu alcance, sem abalo, e sem transtôrno, o dia da



emancipação. Considerou que era grande desigualdade da lei do elemento servil não conceder nada à geração presente (*apartes*), e que era preciso fazer mais alguma coisa.

(*Cruzam-se muitos apartes*).

Senhores, não sou partidário da emancipação imediata, não porque olhe para o interesse dos proprietários, porque o interesse dos proprietários ainda poderia ser indenizado, poderia acompanhar mais ou menos a condição do nosso crédito, as condições do país, mas porque olho para as condições do trabalho, e sei perfeitamente que a emancipação imediata seria a suspensão repentina de todo o trabalho no país, o estancamento de tôdas as nossas fontes de renda; mas por outro lado quero que fique bem claro o meu protesto, de que não acompanho o movimento para fazer a emancipação recuar um passo, pelo contrário sempre que se apresentar nesta casa alguma medida que a faça avançar, eu a acompanharei.

Estou vendo, senhores, que nesta Câmara nem há lugar para as opiniões moderadas, nem se pode vir dizer que não se quer a destruição da propriedade agrícola, que não se quer a emancipação imediata, mas que se quer leis, medidas que preparem, pela melhor forma, a emancipação total dos escravos.

UM SR. DEPUTADO: — Pode estar certo de que tem grande apoio no país. (*Não apoiados; muitos apoiados*).

(*Há outros apartes*).

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Não me tenho dirigido a nenhum dos nobres deputados; espero que não me interpelem com agressões de um caráter inteiramente pessoal.

O SR. RUI BARBOSA: — O nobre deputado tem sido muito aplaudido por grande parte da Câmara. (*Há outros apartes*).

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Vou dizer por que trouxe esta questão a terreno. Estou convencido de que hoje, nas circunstâncias do nosso país, nada é possível fazer em relação ao crédito real (*apoiados*); nada é possível fazer em relação à emigração (*apoiados*); nada é possível fazer em relação à transformação do trabalho escravo para o livre, senão...

(*Vários apartes interrompem o orador*).

O honrado deputado que redigiu as respostas que os fazendeiros de São Paulo deram às perguntas do sr. presidente do Conselho e que as redigiu de modo tão amplo e em um sentimento tão liberal, em relação à consciência, o nobre deputado há de permitir-me que sempre que, nesta casa, se agitar alguma questão que interfira com os meus sentimentos de liberal, eu me ponha do lado dos que a agitarem.

*(Há muitos e diversos apartes).*

Respeito, senhores, nem posso deixar de ter o maior respeito por aquêles que são os mais ameaçados do país, por aquêles que nas suas fazendas de mil e dois mil escravos, com a sua vida, com a sua família, respondem pelo aumento da nossa produção e pelo desenvolvimento de nossas fontes de renda, e se eu tenho exatamente por êsses que representam os interêsses do trabalho a maior solicitude e a maior atenção, devo dizer que não tenho a mesma preocupação, nem o mesmo respeito pelos que, dentro das cidades, vivem à custa do trabalho dos escravos, pelos que, em vez de empregarem seus capitais no comércio, na indústria, os empregam na compra e venda de escravos.

O SR. MOREIRA DE BARROS: — Mas êsses foram os seus eleitores (*muitos não apoiados; reclamações*).

O SR. JOAQUIM NABUCO: — E por isso, senhores, se nesta casa, sem se tocar no que eu chamarei escravidão real, por opposição à escravidão pessoal; sem se tocar nos grandes estabelecimentos agrícolas, na constituição do trabalho nas fazendas, se se propuserem medidas para impedir que continue o escândalo, que constantemente aqui presenciamos, de serem levados pelas ruas lotes de escravos para serem vendidos, de lermos nos nossos jornais o mercado que se faz com a carne humana.

O SR. RUI BARBOSA: — Na Bahia nenhum jornal publica êsses anúncios; há um acôrdo entre tôda a imprensa.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Se se apresentarem medidas indirectas, se se propuserem verbas no orçamento para apressar a emancipação, eu, que não sou agitador, na frase do nobre deputado por São Paulo, que não venho armar a popularidade, porque sei bem onde ela está, estarei do lado daqueles que, dirigidos pelos seus sentimentos humanitários e reconhecendo as atuais condições do trabalho em nosso país, quizerem lentamente apressar o dia da emancipação.

Tomei desde o princípio um ponto de vista muito moderado; mas, senhores, deixando de lado a questão das medidas que occorre tomar para completar a lei de 28 de setembro, tenho ainda uma pergunta a fazer ao nobre presidente do Conselho.

Senhores, é neste ano, como sabeis, que se vence o prazo de 8 anos marcado pela lei de 28 de setembro para serem entregues ao Estado mediante uma indenização de 600\$000, vencendo o juro de 6%...

O SR. MOREIRA DE BARROS: — V. Exa. não lembrou nenhuma medida.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Perdão: lembrei várias medidas, mas o nobre deputado não compreendeu então o meu ponto de vista. Não quero interferir nas relações que o fazendeiro tem nas suas terras com os seus escravos; o que quero é apressar o dia da emancipação; não estou propondo medidas para amanhã...

O SR. MOREIRA DE BARROS: — Mas dê-nos os meios. Creia que não fugiremos disso. Embora eu possua escravos, tenho tão bons sentimentos filantrópicos como o nobre deputado.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — É isso justamente o que honra a nossa lavoura.

Mas em relação a êsses ingênuos, desejo que o honrado presidente do Conselho me informe que medidas o govêrno tomou ou pretende tomar para receber das mãos dos particulares os filhos de mulher escrava, que lhe hão de ser entregues em virtude da lei.

No Senado, há oito anos, o sr. Nabuco chamava a atenção do govêrno exatamente para êste ponto deficiente da lei — a opção — realmente que se nós pudéssemos, por alguma forma, modificar a lei de 28 de setembro, devia ser neste sentido — a opção —. Não se pode dizer que será tirar o direito a nenhum daqueles que têm de ser entregues ao Estado, porque essa entrega depende exclusiva e unicamente da vontade do proprietário.

Mas há oito anos, quando se fazia no Senado exatamente esta pergunta: «Que fará o govêrno dêsses ingênuos? Quais são as medidas que pretende tomar para acautelar o futuro dêsses ingênuos, para colocá-los em condições de serem úteis ao país?» o honrado sr. visconde do Rio Branco dizia: «Temos muito tempo para pensar nisto»; todos os ministros que se succederam tiveram muito tempo para pensar nisto, e o honrado sr. presidente do Conselho nos diz no seu relatório que o Conselho de Estado está pensando nisto.

Pois bem, sei perfeitamente que o honrado deputado pela Bahia, o sr. Couto, tomando uma iniciativa que o honra, apresentou algumas medidas em relação à sua província para de alguma forma ocorrer a essa situação; mas a situação é inteiramente desconhecida; segundo a estatística que nos foi presente há para cima de 160.000 ingênuos.

O SR. BELFORT DUARTE: — É a primeira dificuldade da lei.

O SR. JOAQUIM NABUCO: — Pois se esta é uma das dificuldades da lei que não pode ser solvida, o Corpo Legislativo está reunido...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1922 – FLEIUSS, Max – *História Administrativa do Brasil*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo. Melhoramentos.
- 1988 – ANDRADE, Manuel Correia de – *João Alfredo o Estadista da Abolição*. Recife. Massangana.
- 1992 – *Introdução a Campanha Abolicionista no Recife. Eleição de 1884*, de Joaquim Nabuco. Brasília Senado Federal / Casa de Rui Barbosa.
- 1993 – RIBEIRO Darcy – *Formas e Sistemas de Governo*. Petrópolis. Vozes.

## VI

### A REPÚBLICA É INCONTESTÁVEL

*Eis o nosso grande Joaquim Nabuco, monarquista de idéias e convicções profundas, mesmo após o 15 de Novembro, aqui convertido. A sabedoria, o amadurecimento em dez anos de reflexões levaram-no a considerar a República a forma inevitável de governo para o Brasil, a vocação histórica e necessária das nações americanas. (Darcy Ribeiro)*

*O Sr. Joaquim Nabuco. (Salsa de palmas) – Desde o Recife eu me declarei falido, em bancarrota de expressões para saldar a imensa dívida que de novo contraí com o meu país ao voltar a ele; mas todas essas demonstrações de simpatia e apreço, o lugar que a mocidade brasileira me abriu de novo no seu seio, as acumuladas invenções de tantos mestres na arte de enlear e escravizar o coração, vêm confirmar o sentimento que mais me inspirou na vida: a convicção de que em generosidade nenhum povo vence nem iguala ao povo brasileiro (*Muito bem*).*

Há poucos dias eu lia a bordo um livro cheio de vilipêndios ao nosso país e contra a nossa raça, mas por acaso se me deparou numa folha estas palavras: "... todavia não se poderá negar que o povo brasileiro é um povo generoso"; e eu tive pena ao escritor que não compreendia que este traço era o mais elevado da cultura social e a mais nobre característica de uma nacionalidade; que bastava para colocar o Brasil na mais alta esfera da civilização porque esta não pode ter outro intuito senão o cultivo dos sentimentos afetivos que hão de formar a solidariedade humana (*Muito bem*). Como é uma predisposição de meu espírito tomar as coisas e os homens pela idéia mais elevada que eles refletem, pelo traço de ideal que há neles, ao passo que o meu coração entesoura a emoção, e gratidão, o meu espírito se dilata nesta, posso dizer, grande prova da generosidade brasileira. Ao atravessar no outro dia esta cidade entre a simpatia do povo, ao vê-la transformada, aberta, em grandes avenidas que lhe prolongam o horizonte, que incorporam à sua vida a nossa inimitável paisagem, eu não podia deixar como brasileiro de sentir o privilégio da nossa raça, que além do mais belo e mais vasto dos territórios, possui um coração tão largo como este.

E que dizer dos autores desta festa? Que dizer de tudo que vejo diante de mim? Que dizer das pessoas que aqui estão reunidas e que representam, pode-se dizer, a Nação brasileira, por que não há duas Nações brasileira? Como descer à análise de tudo que se inventou, de tudo que se imaginou, não digo para me oprimir, mas verdadeiramente para me penhorar para sempre o coração?

Eu não sei se no meio de todas estas manifestações não deverei destacar o que me fez o honrado prefeito de São Paulo vindo associar-se a elas (*muito bem e palmas*); mas a do embaixador americano explicada sobretudo nos termos em que ele fez, é um dever meu destacar, é um dever meu tornar saliente; e eu me pergunto, meus senhores, porque não quero ver nisso um reflexo misterioso daquela terra que engrandece todos que um dia

aparecem no seu cenário, eu me pergunto o que fiz na ausência para ser recebido desta forma, no meio destas demonstrações.

Eu não consegui trazer ileso, como o barão do Rio Branco, o nosso direito sobre todo o território que nos foi disputado... Não posso referir-me senão com o maior respeito ao laudo arbitral na questão da Guiana e honrar o cavalheirismo do árbitro. Não voltar todavia em direito vencido, porque ele declarou o empate das provas, o empate do direito, e por esse motivo dividiu o terreno litigioso entre os dois contendores.

Por isso aproveitarei esta ocasião para dizer que nos cumpre olhar de modo mais atento para as nossas fronteiras.

A propriedade impõe deveres, sobretudo quando é o território nacional.

Se não saímos completamente triunfantes deste pleito, foi porque esquecemos as obrigações que a posse do nosso território nos impunha, (*bravos*) foi porque muitas das nossas provas se perderam, porque os nossos documentos se dispersaram e a obra portuguesa do século dezoito não foi continuada no século dezenove, de modo que a questão da soberania entre Portugal e a Holanda versou em muitos pontos sobre legendas do século dezesseis. Entretanto, uma esperança eu exponho: é que a exploração do trecho que conseguirmos salvar, mostrará ser ele mais rico e valioso do que os campos deixados à Inglaterra. De um fato eu me desvanço, e é que, me havendo o governo inglês proposto como transação, para evitar o arbitramento, um território mais vasto que o que obtivemos pela sentença, como essa proposta tinha tido caráter reservado, nunca fiz alusão a ela... Não creio que seja esse um fato comum na história dos litígios internacionais.

Eu vejo, porém, que é sempre a lembrança da abolição que desperta as simpatias em torno de mim. No Recife restauraram no teatro Santa Isabel, onde, pode-se dizer, foi ganha a campanha abolicionista, a cena dos grandes dias de luta. Por isto, o meu dever neste momento é mandar uma saudade, uma lembrança, àquele que foi a alma desse movimento, porque não há que nos iludir – a abolição foi a revolução.

Agradeço a intenção dos que quiseram que a primeira saudação neste banquete me fosse feita por Quintino Bocaiúva, ainda que ele não pudesse ter tido melhor subtítulo do que o orador que me falou com tanta simpatia e cujo nome evoca para mim uma saudosa recordação da mocidade.

Eu fiz em *O País* a campanha da abolição com Quintino Bocaiúva e acabada ela nos separamos, eu para sustentar a Monarquia, ele para pregar a República. Ser-lhe-ia grato estar presente neste momento, porque foi sempre um sincero desejo seu ver-me reconhecer o inevitável e servir o país sob as novas instituições.

Nós discutimos essa questão da Monarquia ou da República muitas vezes, muito tempo, quando eu escrevia em *O País*, e ele acabou por ter razão, porque previu melhor o curso dos acontecimentos e o verdadeiro desenlace da abolição.

É a primeira vez que eu falo parente um auditório brasileiro no caráter de embaixador da República, de seu representante ligado à sua sorte, desejando que ela vença sempre todas as dificuldades (*palmas, ovação prolongada*), que ela desminta todas as minhas previsões no passado (*muito bem*), e torne impossíveis novas revoluções que pudessem interromper durante curtos estádios a incontestável finalidade da forma republicana no continente americano. (*Muito bem, prolongada ovação*).

Senhores, eu não me separei de repente do partido monarquista: eu levei dez anos nessa lenta evolução que me fez ceder à invencível prescrição da história. (*Muito bem, palmas*).

Desde a morte de Saldanha da Gama, sentindo que as guerras civis não se devem repetir, que não se deve duas vezes sujeitar a causa do país a esse terrível julgamento, recolhi-me ao isolamento dos meus livros e nenhuma aliança mais tive com a direção do partido monarquista.

Nesses cinco anos, entretanto, eu fiz pela história da Monarquia mais do que possam ter feito todos os outros que a servem, e que (*palmas, muito bem*) levantando os homens de



Estado do antigo regime no pedestal que eles hão de ficar, e elevando ao Imperador, ao mesmo tempo que por piedade filial cumpria um dever para com a memória de meu pai, um monumento que o máximo esforço da minha inteligência e da minha dedicação me permitiam levantar-lhe... *(muito bem)*.

Posso dizer que assim fiquei preso à causa monárquica somente pelo sentimento que, muitos não podem compreender, porque nunca o tiveram, e que me ligava à Princesa Imperial pelo fato de 13 de Maio.

Eu tenho consciência de que muito trabalhei, de que muito fiz para a levar a não perder um momento na assinatura daquela lei, e custava-me mais do que tudo me custou na vida pública quebrar o laço que me prendia a ela e que eu sentia ser um grande consolo no seu exílio.

A pátria, porém, estava acima de tudo. *(Palmas, muito bem)*. Eu pessoalmente nenhuma reparação devia à dinastia. Eu lhe havia aconselhado a abolição, que lhe deu a imortalidade, e lhe havia aconselhado a federação, que, estou certo, a teria salvado. *(Muito bem)*.

Estranho como pareça à própria tradição dinástica do Brasil, me impunha a resolução que tomei: porque que outro impulso senão o amor ao Brasil e a coragem de o colocar acima de tudo teria levado D. Pedro I a se tornar rebelde contra seu pai, e traidor a Portugal para fundar a Monarquia no Brasil? *(Muito bem)*.

Que outro motivo senão esse que a dinastia desaparece diante da pátria levou Pedro II, por ocasião da guerra do Paraguai, a declarar que renunciaria ao trono antes que consentir em assinar uma paz desonrosa?

Que outro motivo senão aquele mesmo levava a Princesa D. Isabel a bordo do *Alagoas* a dizer a André Rebouças: “Se fosse preciso, para libertar a raça negra, voltar ao Brasil, eu voltaria”.

Era esta a obrigação que se me impunha uma vez convencido da impossibilidade, da improficuidade de qualquer restauração temporária.

Foi isto, meus senhores, o que fiz desde que nenhum motivo mais de consciência me impedia de por ao serviço do Brasil aquilo que me restasse de inteligência e de força e tudo que eu havia e tinha guardado de sinceridade.

Dessa forma eu readquiri a maior de todas as liberdades, para o meu coração, a de poder dizer, imitando as palavras *Homo sum et nihil humani a me alienum pulo*.

“Sou brasileiro e nada do que interesse ao futuro, à grandeza, à glória do Brasil, me pode mais ser estranho”.

Os destinos, porém, quiseram que eu tivesse uma nova carreira depois da abolição.

Entrei na causa da abolição fazendo voto perpétuo, pensando que ela consumiria toda a minha vida, mas pela generosidade de que falei do povo brasileiro ela ficou feita em dez anos sem se poder dizer quem fez mais por ela: se o movimento, se a resistência, se os abolicionistas, se os fazendeiros, sabendo-se somente que foi o país que fez.

Os destinos queriam que este resto de vida poupada da campanha da abolição pudesse ser empregado em um serviço que enchesse na minha alma o vazio que aquela grande causa havia deixado.

Refiro-me à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Estimo que o meu honrado colega, o embaixador americano, tenha já feito progresso bastante em nossa língua para acompanhar o que vou dizer.

Senhores, não sei se há desconfiança no Brasil a respeito dos Estados Unidos; não sei se há pessoas que estão convencidas de que o Presidente Roosevelt está desejoso de algum trecho do nosso território (*Risos*).

Se as há, elas ficariam muito admiradas ouvindo o Presidente Roosevelt, o qual considera o Brasil uma das primeiras Nações do mundo e acredita que o futuro deste país no século vinte não será nada inferior aos destinos da América do Norte.

Eu acabo de chegar dos Estados Unidos, e direi apenas sobre ele o que há pouco eu dizia ao Dr. Joaquim Murinho: não é

só um mundo novo, é uma humanidade nova. Senhores, as forças incalculáveis que aquele povo pode por ao serviço da humanidade estavam até bem pouco latentes ou inertes, mas agora encontraram um Presidente que criou para si e para os seus sucessores a tradição de as empregar, de as fazer valer.

Foi assim que se viu o ano passado os plenipotenciários do Japão e da Rússia encontrarem-se em território americano para tratar a questão da paz; foi assim que a presença do embaixador americano em Algeiras tão poderosamente concorreu em parte para facilitar uma solução pacífica nas duas maiores potências militares da Europa.

A grande obra dos Estados Unidos, da civilização americana, será fazer da América um continente neutro diante do continente beligerante, que é a Europa.

Eu não sei como se poderia calcular ou medir a influência dos Estados Unidos no mundo, nem o que teria sido a história do século XIX se a democracia americana não tivesse existido...

*(Palmas, muito bem)*

Quanto a nós, todos sabemos o que lhe devemos, sabemos que se, em Minas, Tiradentes e os Inconfidentes tiveram a idéia primeira da independência e da República, ela foi uma inspiração direta, uma verdadeira sugestão do ideal norte americano. *(Muito bem, palmas)*. Sabemos que, se ao fugir aos exércitos de Napoleão, D. João VI declarou que vinha fundar um novo império na América é que neste tempo a República americana já era um fato que assombrava a Europa inteira.

Sabemos a relação direta entre a revolução de 1817 e o entusiasmo despertado pela liberdade americana. Sabemos que a simultaneidade de todos os movimentos nacionais que produziram a liberdade da América, que todos esses vulcões que se acenderam a um tempo em todo o continente não foram senão repetições do abalo que havia causado em toda parte a independência da América do Norte. E essa influência da democracia americana foi que deu o

caráter republicano ao período em que verdadeiramente se fundou a lei popular, a que a nossa dinastia sempre obedeceu: o período regencial.

Não, senhores, não; não há *perigo americano!* Dos Estados Unidos não há alma americana que se possa temer. Este é o sentimento que me anima em desejar a aproximação, cada vez maior, dos nossos dois grande países.

Eu ouvi contar que uma vez, quando se conversava em Washington sobre a reunião da conferência Panamericana, alguém lembrou o Brasil e Mr. Root logo disse, espontaneamente:

“Se a conferência for no Rio de Janeiro, irei eu mesmo”.  
(*Palmas, muito bem!*).

Foi a primeira vez que um secretário de Estado teve essa idéia e foi o Brasil que a inspirou.

Essa nossa aproximação dos Estados Unidos não é uma novidade, é uma política que se prende às mais antigas tradições do nosso país; pois o império nascente, logo depois de ser lançada a mensagem do Presidente Monroe, propôs aos Estados Unidos uma aliança ofensiva e defensiva sob a base daquela doutrina. Há um laço mais forte, mais (*ilegível*) do que qualquer aliança – é a aproximação de dois países pelo mesmo ideal de civilização, pela mesma confiança recíproca.

Essa é uma política que tem a vantagem, a maior de todas as vantagens que possa ter qualquer política: a de não ter alternativas, a de nada haver que se possa pôr em lugar dela.

Com efeito, que alternativa seria possível? A política do isolamento não é uma alternativa, não bastaria para solver os imensos problemas que espera o futuro deste país.

A política de aproximação com as Repúblicas latino-americanas a partir (*ilegível*) Estados Unidos seria impossível (*ilegível*) alguma Nação sensata entraria (*ilegível*).

A política de procurar alianças na Europa não passaria de uma inepta intriga em que a Europa não se deixaria envolver, pois toda ela tem hoje esta política comum: a de agradar aos Estados Unidos.

É, repito, política que não tem alternativa, porque é uma política que se baseia na força (*ilegível*) das coisas.

Senhores, desde o dia em que a América se constituiu independente da Europa, formou-se um sistema político americano, distinto da Europa.

Temos a maior estima, gratidão e amizade pela Europa: os Estados Unidos a têm tanto quanto nós. Toda ela está a disputar aos Estados Unidos a sua confiança e preferência; mas com toda essa cordialidade recíproca a Europa não tem dúvida de que para os Estados Unidos a doutrina da órbita separada e distinta do continente americano é um dogma, pelo qual todos os americanos estão dispostos a derramar seu sangue como pelas estrelas da União. E esta política não é em prejuízo da Europa, é o maior serviço que lhe possa prestar. O mundo todo tem igual interesse nela e ela assegura aos imigrantes, aos capitães, aos interesses europeus, um campo de atividade, que eles não teriam, se a América também entrasse para a zona beligerante.

Meus senhores, ainda uma vez agradeço esta extraordinária manifestação.

Posso dizer que a minha vida pública dentro da esfera que me tracei está concluída. Ao começá-la eu formulei este programa: "Abolição, Federação, Paz" ... Todo ele está realizado. Não me resta hoje mais do que acompanhar com a maior sinceridade, com o maior interesse, com a maior paixão, posso dizer, os novos destinos do país, para os quais eu não concorri, mas que desejo que sejam tão brilhantes, mais brilhantes ainda, como se anuncia desde já, do que foram no passado. (*Palmas, muito bem, muito bem*) ... porque a grandeza futura do Brasil não é uma questão de instituições; é uma questão de crescimento natural; e o deste país

está destinado a alcançar proporções de que nada do que hoje vemos pode dar a mais remota idéia.

Não se pode entrar em contato com uma assembléia como esta, que representa os esforços vivos e intelectuais do nosso país, as suas esperanças, a sua fé no futuro, sem adquirir um pouco uma parcela do espírito que a domina. Eu vos agradeço todo este agasalho, minha vida pública vista através desta aclamação, parece-me um sonho realizado por um favor especial da providência. (*Palmas, aclamações e uma ovação prolongada*).

---

Discurso pronunciado no Cassino Fluminense, no Rio de Janeiro, em 19.7.1906, e publicado na *Gazeta de Notícias*, RJ, sob o título *Joaquim Nabuco – O Banquete no Cassino*, na edição de 20.7.1906. Segundo o autor, a reprodução era a única que guardava fidelidade com o que ele havia dito naquela noite, quando, de retorno ao País, era homenageado, na condição de Embaixador da República brasileira em Washington.